

**CONTRATO - CONTRATO Nº 11/2021/PGJ**

**CONTRATO Nº 11/2021/PGJ**

**CONTRATO Nº 11/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A SRA. MARIA DOS REMÉDIOS DE CARVALHO MELO. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO Nº 19.21.0014.0005612/2020-69**

O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: 05.805.924/0001-89, representado neste ato pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Carmelina Maria Mendes de Moura, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, doravante denominado(a) LOCATÁRIO(A), e a **Sra. Maria dos Remédios de Carvalho Melo**, RG- 1.009.911- SSP-PI, inscrita no CPF: 994.225.903-10, estabelecida na Praça Leonidas Melo, nº 248, centro, município de Esperantina-PI, CEP: 64.180-000, doravante designada LOCADOR(A), tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de contratação direta nº **19.21.0014.0005612/2020-69 (Dispensa Nº 46/2020, art. 24, X, Lei nº 8.666/93)** e em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este Termo de Contrato tem como objeto a **locação de imóvel situado na Praça Leônidas Melo, nº 268, Centro, Município de Esperantina-PI, antigo fórum, para abrigar as futuras instalações das Promotorias de Justiça de Esperantina-PI**, conforme as especificações e demais elementos constantes neste termo..

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

2.1. O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, o qual autoriza a dispensa de licitação para a “locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCADORA**

3.1 Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

3.2 Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem

jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;

3.3 Garantir, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel;

3.4 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.5 Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

3.6 Fornecer à PGJ/PI descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

3.7 Pagar os impostos (especialmente o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU) e taxas, incidentes sobre o imóvel;

3.8 Entregar cópia de apólice de seguro predial contra incêndio até 30 (dias) contados da data de Termo de Recebimento do imóvel, bem como se responsabilizar pela sua renovação periódica;

3.9 Entregar, em perfeito estado de funcionamento, o sistema hidráulico, lógico, telefonia, combate a incêndio e a rede elétrica;

3.10 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

3.11 Informar à PGJ/PI quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

3.12 Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, nos termos do artigo 22, X, parágrafo único, da Lei nº 8.245/1991;

3.13 Adaptar e/ou permitir a adaptação do layout às necessidades de ambientes e áreas do edifício, a fim de proporcionar o funcionamento adequado dos diversos serviços, seções e equipes do MPPI;

3.14 Realizar as adequações necessárias nas redes elétricas (comum e estabilizada) e lógicas para atender o padrão de infraestrutura do MPPI, inclusive com instalação de pontos de acordo com o layout aprovado pela LOCATÁRIA;

3.15 Realizar a devida adaptação da rede de distribuição externa (transformador aéreo em poste), se necessário;

3.16 LOCADORA deverá atender as exigências de instalação de pontos telefônicos, o fornecimento e instalação de divisórias entre outras;

3.17 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista) e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação, bem como as condições de contratar com a Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções administrativas por descumprimento de cláusula contratual;

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCATÁRIA**

4.1 Pagar o aluguel, os encargos da locação exigível, as despesas de telefone, de consumo de energia elétrica, gás (se houver), água e esgoto; no prazo estipulado no contrato, com termo inicial no dia da fixação do Termo de Recebimento, data em que será constatado o atendimento definitivo aos elementos previstos no presente projeto básico;

4.2 Servir-se do imóvel para uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo adequadamente;

4.3 Realizar vistoria do imóvel, por ocasião da apresentação da proposta no certame, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes, para que os efeitos financeiros passem a vigor a partir do recebimento definitivo;

4.4 Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa, elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso convencional;

- 4.5 Comunicar a Contratada qualquer dano ou defeito cuja reparação seja incumbida desta, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- 4.6 Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo da Contratada, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;
- 4.7 Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- 4.8 Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito da Contratada;
- 4.9 Entregar imediatamente à Contratada os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à PGJ/PI;
- 4.10 Pagar as despesas ordinárias de condomínio, nos termos do artigo 23, XII, 1º, da Lei nº 8.245/1991;
- 4.11 Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, água e esgoto;
- 4.12 Permitir a vistoria do imóvel pela LOCADORA ou por seus mandatários mediante prévia combinação de dia e hora;
- 4.13 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- 4.14 Atestar as notas fiscais/faturas, por meio de servidor(es) competente(s) para tal; e
- 4.15 Aplicar as sanções administrativas regulamentares e contratuais.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO**

5.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

5.1.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, serão indenizáveis mediante desconto mensal no aluguel ou retenção, na forma do art. 35 da Lei nº 8.245/91.

5.2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., podendo ser retiradas pela LOCATÁRIA, desde que não prejudique sua estrutura, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL**

6.1 O valor mensal do aluguel é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para o exercício de 2021 (maio a dezembro/2021) e de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) para 60 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento do valor mensal do aluguel será feito até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, mediante a apresentação de solicitação de pagamento, que será liquidado até 5º (quinto) dia após a sua apresentação, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato;

7.2 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela LOCADORA, ou por outro meio previsto na legislação vigente;

7.3 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pela LOCADORA.;

7.4 Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a LOCADORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a LOCATÁRIA;

7.5 Antes do pagamento, a LOCATÁRIA verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da LOCADORA no SICAF e/ou nos sites oficiais, e ainda a certidão de consulta consolidada de pessoa jurídica, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

7.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela LOCADORA, ou por outro meio previsto na legislação vigente;

7.7 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.8 A LOCATÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela LOCADORA, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Referência;

7.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a LOCADORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela LOCATÁRIA, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

sendo:

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela a ser paga.*

*I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:*

$I = (TX)$	$I = (6/100) 365$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
------------	-------------------	---

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

8.1 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, salvo manifestação formal em contrário das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias) do seu vencimento; e

8.2 Os efeitos financeiros da contratação só serão produzidos a partir da entrega das chaves ao contratante, precedido de vistoria do imóvel e emissão de relatório técnico.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO**

9.1 Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

10.1 Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o

interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

10.2 O reajuste, decorrente de solicitação da LOCADORA, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

10.3 Se a variação do IGP-M implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a LOCADORA aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

10.4 Se a aplicação do indexador adotado implicar em diminuição do valor locatício mensal, por ocorrência de deflação, este não poderá resultar em preço inferior ao acordado na proposta inicial.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

- Natureza da despesa: 3.3.90.36
- Unidade Orçamentária: 25101
- Projeto Atividade: 2000
- Função: 03
- Programa: 13
- Fonte: 100
- Nota de empenho: 2021NE00132

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

12.1 A Coordenadoria de Perícias e Pareces Técnicos indicará o servidor responsável pela fiscalização do contrato, nos moldes do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e do Ato PGJ nº 462/2013. Oportunamente o Procurador-Geral de Justiça ficará encarregado da designação do fiscal para o exercício das atribuições que lhe são inerentes durante o prazo de vigência do contrato;

12.2 Ao fiscal competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

12.3 A fiscalização de que trata o item acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante das imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8666, de 1993;

12.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes; e

12.6 A Contratada poderá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como pela Lei nº 8.245/91.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Estado do Piauí e será

descredenciado no Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços para a Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí (CADUF), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa e demais cominações legais, nos seguintes casos:

14.1.1 Cometer fraude fiscal;

14.1.2 Apresentar documento falso;

14.1.3 Fizer declaração falsa;

14.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 Não retirar a nota de empenho;

14.1.6 Deixar de entregar a documentação exigida no certame

14.1.7 Não manter a proposta;

14.1.8 Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.9 Retardar, falhar ou fraudar na execução contratual;

14.2. Para os fins do subitem 14.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada;

14.3. Para as condutas descritas nos subitens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3, 14.1.5 e 14.1.9 será aplicada ao Locador multa de no máximo 15% do valor do contrato;

14.4. Para as condutas descritas nos subitens 14.1.6 e 14.1.7, será aplicada ao Locador multa de no máximo 10% do valor do contrato;

14.5. Para os fins do subitem 14.1.8 será aplicada multa nas seguintes condições:

a) Até o máximo de 15% (quinze por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução parcial do pactuado, conforme a graduação estabelecida nas tabelas 1 e 2 a seguir:

**Tabela 1**

GRAU	PERCENTUAL	CORRESPONDÊNCIA
1	3%	Sobre o valor do Contrato
2	5%	
3	8%	
4	10%	
5	12%	
6	15%	

**Tabela 2**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, caracterizando inexecução parcial do contrato, por ocorrência;	6
<b>Para os itens seguintes, deixar de:</b>		
02	Assinar o contrato;	6

03	Fornecer todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da locatária, por ocorrência;	2
04	Manter as condições de habitabilidade e livre utilização do imóvel, promovendo os devidos reparos em caso de vícios redibitórios, mau funcionamento, dano ou sinistro que não tenham sido provocados pela locatária;	5
05	Pagar o Imposto Territorial Urbano (IPTU) e demais tributos/taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel durante o prazo da locação;	4
06	Garantir a posse direta do imóvel devido à turbação por terceiros;	6
07	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	3
08	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Locatária, por item e por ocorrência.	4

b) Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do pactuado, sem prejuízo da inexecução total da avença.

14.6 Será configurada também a inexecução total do objeto, quando a Locatária, após a assinatura do contrato e tendo cumprido todas as exigências formais para a ocupação do imóvel, for impedida, pelo Locador, de utilizar e/ou entrar no mesmo;

14.7 O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com a sanção de advertência;

14.8 As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93; e

14.9 As penalidades aplicadas às pessoas jurídicas serão registradas no Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços para a Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí (CADUF), e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1 A LOCATÁRIA poderá rescindir o Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à LOCADORA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

15.2 Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com exceção das previstas nos incisos VI, IX e X, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia;

15.3 Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, desde que ausente a culpa da LOCADORA, a LOCATÁRIA a ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido;

15.4 Caso haja razões de interesse público devidamente justificadas nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

15.5 Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente a LOCADORA, e desde que esta não tenha incorrido em culpa, a LOCATÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 02 (dois) meses

de aluguel, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato;

15.6 Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, entre outros, a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação;

15.7 O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à LOCADORA ou por via postal, com aviso de recebimento; e

15.8 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ADAPTAÇÕES DO IMÓVEL**

17.1 Consistem parte integrante do presente contrato os seguintes documentos constantes no procedimento de gestão administrativa nº 19.21.0014.0005612/2020-69:

17.1.1 Termo de Referência (0036324), PARECER TÉCNICO Nº 46/2020 CPPT (0043242), Ofício nº 247/2020/CPPT ( 0043973) e projeto da Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos (0043975), proposta do locador (0043261) (0051872). e demais documentos (0043261) (0051872), anexados a este procedimento de gestão administrativa. As modificações necessárias para a ocupação do imóvel pelo MPPI ficam a cargo do proprietário.

17.2 Proposta do locador (0043261) (0051872).

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1 Fica eleito o foro de Teresina-PI, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

19.1 A eficácia deste Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
Carmelina Maria Mendes de Moura  
Procuradora-Geral de Justiça.

**MARIA DOS REMÉDIOS DE CARVALHO MELO**  
CPF: 994.225.903-10



---

Documento assinado eletronicamente por **CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA, Procuradora-Geral de Justiça**, em 25/02/2021, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DOS REMEDIOS DE CARVALHO MELLO, Usuário Externo**, em 26/02/2021, às 09:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0059273** e o código CRC **EB9AB053**.

---

Campo Maior-PI.

Em novel despacho (ID 3329845), determinou-se: 1) expedição de ofício para a Secretária Municipal de Saúde de Campo Maior, Sra. Dorilene Gomes Vidal Félix de Andrade, reiterando a solicitação de fornecimento imediato da medicação: OMEPRAZOL, PREDNISONA, LOSARTANA, TRANSAMIN, NESINA PIO, ATENOLOL, DORENE TABS, DEPAKENE, AMITRIPTILINA E VENLAXIN à SRA. CÉLIA GARDÊNIA FERREIRA DA SILVA, paciente acometida de LUPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO, encaminhando documentos comprobatórios ao Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior sobre entrega da referida medicação à Sra. Célia Gardênia Ferreira da Silva, no prazo de 2 (dois) dias corridos.

Em resposta a reiteração de solicitação ministerial, objeto do Ofício nº 243/2021, a Secretária Municipal de Saúde comprovou a entrega da medicação solicitada, apresentando a declaração de recebimento assinada pela declarante (ID 3370773).

Vieram os autos.

É um sucinto relatório. Passo a decidir.

Considerando que a requerente recebeu a sua medicação junto à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior, depreende-se que não há necessidade de que nenhuma outra medida seja observada por esta unidade ministerial, ressaltando que eventual fato novo que necessite da pronta intervenção do Ministério poderá ser apurado mediante novel Notícia de Fato e/ou Procedimento Administrativo.

Desta feita, com base no art. 4º, I da Resolução nº 174/2017 do CNMP, o Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior, **RESOLVE PROMOVER O ARQUIVAMNETO** da presente Notícia de Fato.

Publique-se em DOEMP.

Comunique-se a reclamante, com a informação de que desta decisão cabe recurso ao CSMP-PI, no prazo de (10) dez dias, devendo a comunicação ser encaminhada pelos Correios, com aviso de recebimento que deverá ser acostado aos autos, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 3º, da Resolução nº 174/2017, de 04/07/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Comunique-se ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público sobre esta decisão de arquivamento dos presentes autos, em atendimento ao Ofício Circular nº 004/2017

- CGMP/PI, de 17/01/2017.

Cumpra-se. Após, proceda-se à baixa no respectivo livro e no SIMP, observando as cautelas de praxe.

Campo Maior-PI, 17 de fevereiro de 2021.

CEZÁRIO DE SOUZA CAVALCANTE NETO

Promotor de Justiça

## 5. LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 5.1. EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2021/PGJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2021/PGJ

**a) Espécie:** Contrato nº. 11/2021, firmado em 26 de fevereiro de 2021, entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, MARIA DOS REMÉDIOS DE CARVALHO MELO, inscrita no CPF:994.225.903-10;

**b) Objeto:** *Locação de imóvel situado na Praça Leônidas Melo, nº 268, Centro, Município de Esperantina-PI, antigo fórum, para abrigar as futuras instalações das Promotorias de Justiça de Esperantina-PI, conforme as especificações e demais elementos constantes no termo.*

**c) Fundamento Legal:** Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**d) Procedimento de Gestão Administrativa:** nº. 19.21.0014.0005612/2020-69;

**e) Processo Licitatório:** Dispensa Nº 46/2020, art. 24, X, Lei nº 8.666/93;

**f) Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, salvo manifestação formal em contrário das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias) do seu vencimento.

Os efeitos financeiros da contratação só serão produzidos a partir da entrega das chaves ao contratante, precedido de vistoria do imóvel e emissão de relatório técnico;

**g) Valor:** O valor mensal do aluguel é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para o exercício de 2021 (maio a dezembro/2021) e de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) para 60 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato;

**h) Cobertura orçamentária:** Unidade Orçamentária: 25101; Projeto/Atividade: 2000; Fonte de Recursos: 100; Natureza da Despesa: 3.3.90.36- Nota de Empenho: 2021NE00132;

**i) Signatários: pela contratada:** Sra. Maria dos Remédios de Carvalho Melo, RG- 1.009.911- SSP-PI, inscrita no CPF:994.225.903-10, e **contratante,** Carmelina Maria Mendes de Moura, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

Teresina (PI), 26 de fevereiro de 2021.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

### 6.1. PORTARIAS RH/PGJ-MPPI

**PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 81/2021**

**A COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 1º, do Ato PGJ nº 558, de 26 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, de 18 e 19 de fevereiro de 2021, 02 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora comissionada **FRANCISCA MÁRCIA DE ARAUJO ALVES**, Assessora de Promotoria de Justiça, matrícula nº 15590, lotada junto à 1ª Promotoria de Justiça de Porto/PI, conforme perícia médica oficial, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994, retroagindo os seus efeitos ao dia 18 de fevereiro de 2021.

Teresina (PI), 25 de fevereiro de 2021.

**ROSÂNGELA DA SILVA SANTANA**

Coordenadora de Recursos Humanos

**PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 82/2021**

**A COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 1º, do Ato PGJ nº 558, de 26 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, no período de 18 e 19 de fevereiro de 2021, 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora comissionada **GABRIELE MESQUITA DE CARVALHO**, Chefe de Divisão, matrícula nº 15680, lotada junto à Coordenadoria de Recursos Humanos, conforme perícia médica oficial, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994, retroagindo os seus efeitos ao dia 18 de fevereiro de 2021.



## Nota de Empenho

Encerrado até Janeiro

Identificação		
<b>Unidade Gestora</b>	<b>Documento</b>	<b>Emissão</b>
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2021NE00132	24/02/21
<b>Credor</b>	99422590310 - MARIA DOS REMEDIOS DE CARVALHO MELLO	
<b>Valor</b>	28.000,00 (Vinte e oito mil reais)	

Classificação	
<b>Nota de Reserva</b>	2021NR00139
<b>Tipo de Reserva</b>	PRÉ-EMPENHO
<b>Órgão Orçamento</b>	25 - MINISTÉRIO PÚBLICO
<b>Unidade Orçamentária</b>	25101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
<b>Programa de trabalho</b>	03.122.0013.2000 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
<b>Fonte</b>	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
<b>Natureza</b>	339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
<b>Autor Emenda</b>	0 - SEM AUTOR
<b>Emenda Parlamentar</b>	E0000 - NÃO definida
<b>Território</b>	TD0 - ESTADO
<b>Plano Orçamentário</b>	000001 - Não definido
<b>Tipo de Detalhamento de Fonte</b>	0 - SEM DETALHAMENTO
<b>Detalhamento de Fonte</b>	000000 - SEM DETALHAMENTO
<b>Contrato</b>	21000737 - locação de imóvel situado no perímetro urbano do município de...
<b>Convênio de Receita</b>	000000 - Convênio não identificado
<b>Convênio de Despesa</b>	000000 - Convênio não identificado
<b>Projetos</b>	0 - Indefinido

Detalhamento					
<b>Mod. Empenho</b>	Global	<b>Mod. Licitação</b>	06 - Dispensa de Licitação	<b>Emb. Legal</b>	Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso - Dispensa nº 46/2020
<b>Origem</b>	1 - Origem nacional	<b>Data Entrega</b>		<b>Local Entrega</b>	
<b>Processo</b>	19.21.0014.0005612 /2020-69	<b>UF</b>	Piauí	<b>Município</b>	Esperantina

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	21 - LOCAÇÃO IMÓVEIS		28.000,00

Saldo Dotação				
<b>Créd. Disp.</b>	<b>Indisponível antes NE</b>		<b>Valor NE</b>	<b>Saldo após NE</b>
3.445.953,81	<b>Pré-Empenhado</b>	28.000,00	<b>Bloqueado</b>	0,00
			28.000,00	3.445.953,81

Observação
EMPENHO REFERENTE A LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA-PI PARA ABRIGAR AS FUTURAS INSTALAÇÕES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA-PI, CONFORME DISPENSA Nº 46/2020, PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
LOCAÇÃO DE IMÓVEL	8	Aluguel	3.500,0000	28.000,00
<b>Descrição</b>	Imóvel situado no perímetro urbano do município de Esperantina-PI para abrigar as futuras instalações das Promotorias de Justiça de Esperantina-PI.			

43931650391 - CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA  
PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA

**TERMO ADITIVO**

**TERMO  
ADITIVO  
Nº  
01 AO  
CONTRATO  
Nº  
11/2021  
CELEBRADO  
PELA  
PROCURADORIA-  
GERAL  
DE  
JUSTIÇA  
E  
A  
SENHORA  
MARIA  
DOS  
REMÉDIOS  
DE  
CARVALHO  
MELO.  
PROCEDIMENTO  
DE  
GESTÃO  
ADMINISTRATIVO  
Nº 19.21.0014.0005612/2020-  
69**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

1.1. O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, Teresina - PI, inscrito no CNPJ: 05.805.924/0001-89 representado neste ato pelo Subprocurador de Justiça Institucional, Dr. Hugo de Sousa Cardoso no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 1º, IX, do ATO PGJ-PI Nº 1079/2021 e a Sra. Sra. Maria dos Remédios de Carvalho Melo, inscrita no CPF sob o nº \*\*\*.225.903-\*\*, estabelecida na Praça Leonidas Melo, nº 248, centro, município de Esperantina-PI, CEP: 64.180-000, doravante denominada locadora, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de contratação direta nº 19.21.0014.0005612/2020-69 (Dispensa Nº 46/2020, art. 24, X, Lei nº 8.666/93) e em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo nº 01, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Os objetos do presente instrumento contratual são:

2.2.1 Modificação da cláusula décima - Do valor para implantação dos índices IPCA, IGPM e IVAR no contrato, sendo que no momento do reajustamento será utilizado o mais vantajoso para a Administração;

2.2.2 Reajuste contratual com a aplicação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conforme cláusula décima - Do Reajuste;

2.2.3 A inclusão de cláusula para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL**

3.1. Incluir a Cláusula Vigésima ao Contrato nº 11/2021, para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, que vigorará com a seguinte redação:

**CLÁUSULA VIGÉSIMA- CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS- LEI Nº 13.709/2018**

20.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

20.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

20.3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao MPPI, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

20.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de

Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

20.15. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. A quantia mensal de R\$ 3.852,14 (três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos) passa a ser R\$ 4.062,13 (quatro mil, sessenta e dois reais e treze centavos), totalizando o valor de R\$ 105.615,38 (cento e cinco mil seiscentos e quinze reais e trinta e oito centavos) até o final da vigência do Contrato, devendo a importância de R\$ 2.323,89 (dois mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos) a ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente de 2023.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

I - Unidade Orçamentária: 25101;

II - Natureza da Despesa /Elemento: 3.3.90.36;

III - Projeto/Atividade - 2000;

IV - Fonte de Recursos - 500;

V - Notas de Empenho - 2023NE01008

#### CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência fica adstrito ao contrato original (01/03/2026), conforme dispõe o art. 62, §3º, I da Lei nº 8.666/93 c/c os artigos 45 e 51 da Lei nº 8.245/91.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. O preço consignado neste contrato será corrigido anualmente, se for o caso, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação dos Índices IPCA, IGMP e IVAR, a serem aplicados a partir da vigência do presente termo aditivo. Sendo que deverá ser eleito no momento do reajuste, o mais vantajoso para a Administração Pública.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

8.1. O reajuste do valor pactuado decorre de aplicação da Cláusula Décima - Do Valor - subcláusula 10.1, bem como dos artigos 40, XI, e art. 55, III da Lei nº 8.666/93;

8.2. A alteração da cláusula que versa sobre o índice de reajuste aplicável ao valor do contrato decorre dos artigos 58, I e §1º e art. 62, § 3º, I da Lei nº 8.666/93, também dos artigos 17 e 18 da Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

8.3. A inclusão da cláusula vigésima decorre da Lei Federal nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

#### CLÁUSULA NONA - DA RATIFICAÇÃO

9.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

10.1. A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial Eletrônico do MPPI, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Hugo de Sousa Cardoso

**Subprocurador de Justiça Institucional**

Maria dos Remédios de Carvalho Melo

**Locadora**



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, **Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 26/10/2023, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DOS REMEDIOS DE CARVALHO MELO**, **Usuário Externo**, em 26/10/2023, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0599872** e o código CRC **FFCEC54D**.



1 Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

2 Art. 1º Estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, na forma do art. 129, inciso VII, da Constituição Federal, da legislação em vigor e da presente Resolução, os organismos policiais relacionados no art. 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e persecução criminal.

3 Procedimento administrativo instaurado pelo GACEP com a finalidade de prestar apoio à 56ª Promotoria de Justiça de Teresina, para fiscalizar e acompanhar o processo de formulação e execução de políticas públicas voltadas para a segurança pública, especificamente em relação ao aumento da criminalidade na zona sul de Teresina.

4 DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011. Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

Art. 4º A responsabilidade pela administração, execução e controle da monitoração eletrônica caberá aos órgãos de gestão penitenciária, cabendo-lhes ainda:

- I - verificar o cumprimento dos deveres legais e das condições especificadas na decisão judicial que autorizar a monitoração eletrônica;
- II - encaminhar relatório circunstanciado sobre a pessoa monitorada ao juiz competente na periodicidade estabelecida ou, a qualquer momento, quando por este determinado ou quando as circunstâncias assim o exigirem;
- III - adequar e manter programas e equipes multiprofissionais de acompanhamento e apoio à pessoa monitorada condenada;
- IV - orientar a pessoa monitorada no cumprimento de suas obrigações e auxiliá-la na reintegração social, se for o caso; e
- V - comunicar, imediatamente, ao juiz competente sobre fato que possa dar causa à revogação da medida ou modificação de suas condições.

Parágrafo único. A elaboração e o envio de relatório circunstanciado poderão ser feitos por meio eletrônico certificado digitalmente pelo órgão competente

5 Art. 2º O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltada para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para:

- I - o respeito aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas leis;
- II - a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público;
- III - a prevenção da criminalidade;

6 Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:

VIII - sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional;

7

Art. 6º São objetivos da PNSPDS:

X - integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

8 Art. 25. Compete à Secretaria de Segurança Pública:

XIII - elaborar protocolos a serem seguidos pelas Secretarias e órgãos públicos citados no inciso anterior, específicos e apropriados para cada nível de risco, com base na integração das unidades policiais e penitenciárias, bem como na personalização da prestação dos serviços de segurança pública e de administração penitenciária, respeitada a legislação federal aplicável;

9 Art. 156. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...)

10

Art. 2º As ações do Poder Executivo visam assegurar, prioritariamente:

I - educação, saúde e **segurança pública** à população do Piauí;

## 5. LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 5.1. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Nº. 11/2021/PDJ

**a)Espécie:** Termo Aditivo nº. 01 ao Contrato nº. 11/2021, firmado em 26 de outubro de 2023 (26/10/2023) entre a Procuradoria Geral de Justiça - CNPJ 05.805.924/0001-89 e a Sra.Maria dos Remédios de Carvalho Melo, inscrita no CPF sob o n.º \*\*\*.225.903-\*\*.

**b)ProcessoAdministrativo:** nº 19.21.0014.0005612/2020-69.

**c) Objeto:** os objetos do presente instrumento contratual são:

\* Modificação da cláusula décima - Do valor para implantação dos índices IPCA, IGPM e IVAR no contrato, sendo que no momento do reajustamento será utilizado o mais vantajoso para a Administração;

\*Reajuste contratual com a aplicação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conforme cláusula décima - Do Reajuste;

\*A inclusão de cláusula para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**d) Do Valor:** A quantia mensal de R\$ 3.852,14 (três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos) passa a ser R\$ 4.062,13 (quatro mil, sessenta e dois reais e treze centavos), totalizando o valor de R\$ 105.615,38 (cento e cinco mil seiscentos e quinze reais e trinta e oito centavos) até o final da vigência do Contrato, devendo a importância de R\$2.323,89 (dois mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos) a ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente de 2023.

**e) Dos Recursos Orçamentários:**

I- Unidade Orçamentária: 25101;

II - Natureza da Despesa /Elemento: 3.3.90.36;

III - Projeto/Atividade - 2000;

IV - Fonte de Recursos - 500;

V - Notas de Empenho - 2023NE01008.

**f) Da Vigência:** O prazo de vigência fica adstrito ao contrato original (01/03/2026), conforme dispõe o art. 62, §3º, I da Lei nº 8.666/93 c/c os artigos 45 e 51 da Lei nº 8.245/91.

**g) Fundamento Legal:** O reajuste do valor pactuado decorre de aplicação da Cláusula Décima - Do Valor - subcláusula 10.1, bem como dos artigos 40, XI, e art. 55, III da Lei nº 8.666/93;

A alteração da cláusula que versa sobre o índice de reajuste aplicável ao valor do contrato decorre dos artigos 58, I e §1º e art. 62, § 3º, I da Lei nº 8.666/93, também dos artigos 17 e 18 da Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato);

A inclusão da cláusula vigésima decorre da Lei Federal nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**h) Ratificação:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

**i) Signatários:** Pela contratada, a Sra. Maria dos Remédios de Carvalho Melo, inscrita no CPF sob o n.º \*\*\*.225.903-\*\* e contratante, Dr. Hugo de Sousa Cardoso, Subprocurador de Justiça Institucional.  
Teresina- PI, 30 de Outubro de 2023

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

### 6.1. PORTARIAS RH/PGJ-MPPI

#### **PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 1637/2023 - - Republicação por incorreção**

**O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 1º, do Ato PGJ nº 558, de 26 de fevereiro de 2016, e considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa- PGEA-SEI nº 19.21.0086.0035969/2023-58:

#### **RESOLVE:**

**CONCEDER**, no período de **24 a 28 de outubro de 2023, 05 (cinco) dias** de licença para tratamento de saúde à servidora **SARYA DE MOURA SANTANA**, Servidora Cedida, matrícula nº 30016, lotada junto à Secretaria Unificada das Promotorias de Justiça de Oeiras, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de outubro de 2023.  
Teresina, 25 de outubro de 2023.

#### **RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO**

Coordenador de Recursos Humanos

#### **PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 1638/2023 - Republicação por incorreção**

**O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 1º, do Ato PGJ nº 558, de 26 de fevereiro de 2016, e considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa- PGEA-SEI nº 19.21.0214.0035990/2023-93:

#### **RESOLVE:**

**CONCEDER**, no período de **24 de outubro de 2023, 01 (um) dia** de licença para tratamento de saúde ao servidor **LUANA SOUSA SOBRINHO**, Assessora de Promotoria de Justiça, matrícula nº 15597, lotado junto à Promotoria de Justiça de Padre Marcos, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994, retroagindo seus efeitos ao dia 24 de outubro de 2023.  
Teresina, 26 de outubro de 2023.

#### **RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO**

Coordenador de Recursos Humanos

#### **PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 1644/2023**

**A COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso IX, do art. 1º, do Ato PGJ nº 558, de 26 de fevereiro de 2016,

#### **RESOLVE:**

**DESLIGAR** o (a) estagiário (a) **DOUGLAS DAMASCENO SOARES**, matrícula nº 2471, de suas funções perante a **31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA**, por encerramento do Termo de Compromisso de Estágio, conforme art. 15, I, do Ato PGJ nº 473/2014 e com efeitos a partir de 28 de outubro de 2023.

Teresina (PI), 30 de outubro de 2023.

#### **RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO**

Coordenadoria de Recursos Humanos

#### **PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 1645/2023**

**O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso III, do art. 1º, do Ato PGJ nº 558, de 26 de fevereiro de 2016, e considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0101.0036362/2023-86:

#### **RESOLVE:**

**CONCEDER**, no período de **20 a 27 de outubro de 2023, 08 (oito) dias** consecutivos de licença para casamento ao servidor **FRANCISCO WESDRA BATISTA DE SOUZA**, Assessor(a) de Promotor(a) de Justiça, matrícula nº 15810, de acordo com o inciso III, alínea a, art. 106, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de outubro de 2023.

Teresina (PI), 30 de outubro de 2023.

#### **RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO**

Coordenador de Recursos Humanos



# Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Incidente Cadastrado

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



**Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI**

nº processo TCE

**CW-002274/21**

nº contrato

**11/2021**

nº processo administrativo

**19.21.0014.0005612/2020-69**

tipo do incidente

**Termo aditivo**

data da assinatura

**26/10/2023**

data do cadastro

**30/10/2023**

últ alteração

**30/10/2023**

## Eventos do(a) Termo aditivo

Evento	Descrição
Reajuste de preços previsto no contrato	Reajuste contratual com a aplicação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conforme cláusula décima - Do Reajuste;
Outro	Modificação da cláusula décima - Do valor para implantação dos índices IPCA, IGPM e IVAR no contrato, sendo que no momento do
Outro	A inclusão de cláusula para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).